



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A Cultura Como Ferramenta da Diplomacia:  
Perspectivas Brasileiras**

**Carla Assunção Mesquita de Jesus**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientador: Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão**

**Brasília**

**2019**

## RESUMO

No geral, a cultura é descrita como os valores, o idioma, as artes, e os discursos filosóficos de uma nação, mas na disciplina das relações internacionais, a cultura passou a ter um valor ainda mais complexo.

Na cultura somos capazes de observar a formação do Estado-nação, que, por sua vez, conseguiu transformar a cultura e seus valores em discurso de união de um povo. No cenário global, já presenciamos esse tipo situação em diversos momentos na história, mas com a crescente interdependência, os Estados começaram a buscar maneiras de influenciar uns aos outros que não fosse através do uso da força coercitiva.

O *soft power*, nesse caso, causou uma transformação evidente na maneira com o qual os atores internacionais se relacionam. Por meio da diplomacia cultural, os Estados usam do *soft power* para expandir cada vez mais seu alcance e influência, mas como a sociedade enxerga esse tipo de exportação cultural?

Como objeto de pesquisa, a cultura talvez não seja o assunto mais popular das relações internacionais. Tanto a interação como a transação cultural entre os Estados ainda é pouco compreendida, e seu alcance real, atualmente, é objeto de certa insegurança. Afinal, em um mundo cada vez mais interdependente e multifacetado, onde exatamente se encaixa a cultura, e será que as identidades nacionais interferem na maneira com o qual os atores interagem?

Palavras-chave: Cultura, Diplomacia brasileira, *Soft Power*

## ABSTRACT

Generally speaking, culture can be described as the package that involves the set of values, the language, the arts, and the philosophical thoughts of a nation. However, when it comes to international relations, culture takes on a much more complex meaning.

Through culture we are able to look into the creation of the Nation-State, and the manner in which it took culture and its values, and turned into a speech to bring the people together. In the global arena, we have witnessed this kind of situation at numerous points in history, but with the rise of interdependence in the world, States have begun to seek ways of influencing each other in ways that do not include the use of coercive force.

Soft power, in this case, has brought about a clear transformation to the way in which international actors relate to one another. As States begin to progressively use soft power by the way of cultural diplomacy to expand their reach and influence, how does society view this kind of cultural export?

As a research, culture may not quite be the most popular subject in foreign affairs. Cultural transaction and interaction among states is still poorly understood, and their actual reach causes some amount of insecurity. After all, in an increasingly interdependent and multipolar world, where exactly does culture fit in, and do national identities interfere with the way actors interact?

Keywords: Culture, Brazilian diplomacy, soft power.

## 1. Introdução

O cenário global passou por grandes transformações ao longo dos anos. Com o fim de fato da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, assim terminou a dualidade da ordem mundial e duas fases distintas de cooperação preencheram sua lacuna, uma em que a mão forte dos Estados Unidos foi sentida em todo o mundo, e outra onde uma configuração multipolar começou a tomar forma e a hegemonia deixou de ser o que era antes. Na cadeia dessas diferentes ordens mundiais, uma série de mudanças ocorreu, e pode-se dizer que navegar nessas águas não é tarefa fácil — muitas ocorrências abalaram o mundo como o conhecemos e, apesar de complicado e incrivelmente competitivo, o sistema contemporâneo permite que os países que anteriormente não possuíam voz encontrassem novos meios em que pudessem finalmente ser ouvidos.

A teoria realista com base no argumento de que as relações internacionais são influenciadas pelo balanço de poder e pelos interesses de cada Estado, é deixada de lado diante das outras formas de articulação que vem tomando espaço nas discussões. Dada a desigualdade da ordem mundial, muitos atores perceberam que juntos poderiam ter uma voz mais ampla, sendo assim, a cooperação internacional tornou-se necessária para o avanço de pautas antes pouco discutidas, e a crescente interdependência abriu espaço para expansão da diplomacia em diversos assuntos, tal qual a cultura.

Como Gilley e O'Neil (2014) disseram, para ver além da hegemonia, é preciso ver além das grandes ordenações de poder. No livro *Middle Powers and The Rise of China* (2014), eles citam que nesse novo contexto global, o uso de estratégias inovadoras e persuasivas na formação de uma nova governança global é de suma importância para os novos atores. (GILLEY; O'NEIL, 2014, p. 254) Embora a exportação da cultura se encaixe na lista de comportamentos criativos, ela depende de ações diretas e contínuas do Estado, pois mesmo com a profunda conexão com a globalização, os avanços ainda são lentos e imprevisíveis.

A cultura é simultaneamente pessoal e compartilhada, defasada e dinâmica, consciente e inconsciente, ela explica a mente e a mentalidade de um povo, mas a cultura por si só é uma palavra difícil de ser analisada e compreendida, uma vez que

possui entendimento particularmente amplo. Quando escreveu sobre o assunto, Stuart Hall (2015) explicou a cultura da seguinte maneira: um sistema de crenças, valores, atitudes e expressões, que são transmitidas através do tempo, transformando-se em um conjunto pode acarretar na ideia de continuidade e propósito histórico. (HALL, 2015, p. 31) Em um contexto político, a cultura pode se inserir tanto domesticamente como externamente. Na campo das relações internacionais, ela aparece como diplomacia cultural, um instrumento de aproximação dos povos, que busca abrir mercados e estabelecer vínculos. É, também, ferramenta para estimular os diálogos político e econômico, pois fomenta o entendimento mútuo e cria confiança, interesse e respeito entre as nações.

Através da experiência brasileira, o presente texto buscará explorar a ideia da diplomacia cultural como uma das mais importantes estratégias para a ocupação de espaço na arena internacional, e tentará questionar se o diálogo entre as culturas seria capaz de gerar estabilidade na compreensão e cooperação entre os Estados.

## 2. Sobre a cultura

A cultura pode ser enfática, severa e inflexível em diversos campos do convívio social, inclusive no direito e na burocracia. Antes vista como instrumento de ascensão social, havia a crença de que a cultura levaria ao esclarecimento e enobrecimento das massas pertencentes aos níveis mais baixos da sociedade, e que somente a formação de um novo padrão de cidadão seria capaz de acarretar a união da sociedade. Todavia, a direta relação do homem com a cultura e todos os eventuais questionamentos que dela surgem é uma preocupação relativamente recente. José Luiz dos Santos (2017) explica que essas perguntas nascem da vontade de ter uma melhor compreensão dos vários caminhos que trouxeram os grupos humanos até esse exato momento na história, e também do cultivo de uma percepção de suas perspectivas para futuro. (DOS SANTOS, 2017, p. 160) A cultura se apresenta como assunto inesgotável na antropologia e na sociologia, contudo, ainda permanece uma incógnita pouco explorada no cenário internacional.

Na Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural do ano 2001, a UNESCO caracterizou a cultura como um conjunto de atributos inerentes à uma sociedade ou grupo social, e a classificou como tão necessária para a humanidade quanto a biodiversidade é para a natureza (UNESCO, 2001). Essa Declaração, porém, somente buscou analisar as falhas recorrentes no sistema internacional, e o desejo de ratificá-las. Com a formalização de uma Convenção em 2005, houve então a consolidação de uma verdadeira agenda que visava a proteção da diversidade cultural. Acontece que, na realidade, sua existência possui um mero valor simbólico, bastando ver que mesmo quando explicitamente inserida no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, os direitos e as liberdades culturais ainda se encontram na tarjeta das prioridades globais. Tal constatação, contudo, não diminui a importância da cultura, nem tira de pauta sua complexidade.

É bem verdade que a cultura possui a capacidade de ser de extrema utilidade nas relações internacionais, uma vez que as realidades da humanidade como um todo são complexas tanto nas características que as unem, como nas que as diferenciam. Assim sendo, ela pode se agregar como um componente substancial na compreensão dos fenômenos que vivenciamos na atualidade. Logo no início de seu texto, Dos Santos

(2017) explica que a cultura diz respeito a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos, e que as particularidades de cada uma é expressiva. (DOS SANTOS, 2017, p. 23) A riqueza dessas particularidades deveria ser algo para se comemorar, mas são essas particularidades que, por vezes, geram alguns equívocos.

Muito se argumenta sobre a hierarquização da cultura, porém, no presente texto será observada a inviabilidade da hierarquia, e será avaliado a intrínseca troca e consequente diversidade que ocorre em um mundo globalizado. Contudo, é fato que as culturas nem sempre se relacionam em pé igualdade (DOS SANTOS, 2017, p. 121) e as Relações Internacionais como um todo são problemáticas pois tendem a avaliar as nações de acordo com sua consolidação industrial e tecnológica (DOS SANTOS, 2017, p. 72).

Por que, então, estudar a cultura? Primeiramente, vale lembrar que a cultura não existe em um mundo a parte dos avanços tecnológicos, onde somente o estudo sobre as relações na sociedade ou entre sociedades distantes é relevante. Entenda, a ciência possui sim um impacto na cultura, uma vez que acarreta o conhecimento e a capacidade do indivíduo de formular conexões mais críticas sobre o mundo ao seu redor. Seguindo essa linha de pensamento, no construtivismo, descreve-se a dimensão do significado da pessoa que observa e da sociedade na construção de uma realidade tangível (MOSES; KNUTSEN, 2012, p. 9). A teoria construtivista nasce na ideia de que as reflexões de cada indivíduo possui um papel importante na compreensão do mundo, e os contextos sociais ajudam a moldar suas posições. (MOSES; KNUTSEN, 2012, p. 11)

De acordo com Dos Santos (2017), baseando-se na realidade interna, cada cultura possui sua própria lógica (DOS SANTOS, 2017, p. 27). Assim, é, também, a política dos países nas Relações Internacionais. O cenário político de cada época serve como molde para certos aspectos da cultura, e dita se a cultura será utilizada como chave ou como cadeado. Quando nos perguntamos se há realmente uma conexão entre a cultura e o comportamento dos Estados, percebemos a importância do assunto, pois é esse o tipo de discussão capaz de levar à uma perspectiva ampla sobre a estrutura em que vivemos e suas diversas armadilhas, levando em consideração o fato da cultura possuir tantas variações e ser capaz de servir tantos propósitos, afinal, "cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras

culturas, as quais podem ter características bem diferentes" (DOS SANTOS, 2017, p. 67).

Com essa definição, então, é possível falar da "cultura brasileira" ou da "cultura portuguesa," e nos referirmos à características e realidades distintas, e ao alcance histórico e vivo de cada uma, pois mesmo tendo se cruzado em um processo amplo de trocas e dominação históricas, seguiram com manifestações únicas dentro de cada nação. A presença e o impacto da cultura portuguesa no Brasil, contudo, perpetua até hoje, e no que diz respeito à maneira de agir do Estado, explica muitas das decisões que foram tomadas no passado, inclusive na política externa.

O fenômeno cultural no Brasil é particularmente interessante de ser observado. Sendo um país de proporções continentais onde as regiões são únicas dentro de si mesmas, a sociedade nacional é formada por uma pluralidade de grupos e classes, e a população, além disso, em diversos momentos de sua formação, recebeu pessoas de várias culturas ao redor do mundo, um contexto que ajudou na solidificação tanto da cultura brasileira e como também da identidade do povo. Essa constante influência de culturas externas sobre a cultura nacional e vice-versa faz parte da essência do povo brasileiro e dita muito sobre os interesses e sobre a capacidade de alcance da diplomacia do país, como veremos mais adiante. A experiência do Brasil dentro dessa realidade híbrida é capaz de gerar estranheza aos próprios brasileiros, mas a importância da diversidade cultural interna é inegável, e infelizmente, costuma ser uma herança pouco compreendida. Somente a partir da compreensão da grandeza cultural brasileira poderá haver o mais puro entendimento do país em que vivemos, pois a cultura é muito mais ampla do que as artes, as ideias, as crenças e as tradições; a cultura explica também o relacionamento humano, e é, de um modo geral, o que caracteriza um povo, pois é a conjunção de todos esses setores da sociedade (DOS SANTOS, 2017, p. 153)

É muito fácil pensar na cultura como uma concepção imóvel, mas as transformações humanas são dinâmicas, e ao longo da história, a cultura mostra-se igualmente adaptável diante das mudanças. Dos Santos lembra que o tempo constitui um elemento importante na análise da cultura, e que não somente devemos observá-la no passado e no presente, não quando os prospectos futuros também são relevantes, isso quando pensamos no fato da cultura ser uma composição formado através de um



processo que ocorre no decorrer da história. Inclusive, do ponto de vista construtivista, a cultura não é "natural," não de fato, já que foi construída dentro da coletividade, e dessa forma, é dependente do conjunto em que existe. No livro *Ways Of Knowing* de Moses e Knutsen (2012), eles relatam que: “o vasto "aparato cultural," então, fica entre a individualidade dos seres humanos e o mundo. É a lente através da qual nós (achamos que) vemos o mundo.” (MOSES; KNUTSEN, 2012, p. 190)

No pensamento construtivista, os seres humanos são criaturas adaptáveis e maleáveis (MOSES; KNUTSEN, 2012, p. 199), e que, por ser uma construção humana, a cultura igualmente possui essas mesmas características. Ao pensarmos mais sobre o significado dessa afirmativa, percebemos que, em seu aspecto mais profundo, a cultura pode ser descrita como uma entidade criativa capaz de se tornar o motor da mudança, abrindo-se para a possibilidade de servir os mais diferentes fins, bons ou ruins, de forma indiscriminada.

Assim sendo, é curioso pensar na cultura sobre a ótica da governabilidade. Terry Eagleton (2011) acredita que para que o detentor do poder político mantenha certo nível de consenso na aprovação entre os eleitores, é necessário que haja conhecimento profundo da demografia de quem lhe confiou o voto, incluindo seus sonhos e pesadelos, caso contrário, o governante perderia sua credibilidade ideológica e sua fragilidade ficaria exposta diante de uma eventual crise (EAGLETON, 2011, p. 76) Para ele, a melhor forma de se manter "atualizado" é através da cultura. Dentro desses moldes, Estevão Martins (2007) afirma que são as ideias que dão movimento, ou até mesmo resistência ao processo cultural (MARTINS, 2007, p. 7), as ideias, porém, são tão maleáveis quanto, e não independem do conjunto político e social. Diante desse aspecto no mínimo traiçoeiro, é necessário ter um pouco de cautela, já que a cultura, em toda sua complexidade, não possui valores morais fixos, ela intimida da mesma maneira que inspira.

Com o objetivo de controlar e disseminar comportamentos virulentos pela sociedade, o nazismo, o fascismo, o comunismo, e as ditaduras militares vivenciadas em diversos países, armaram a cultura com discursos de propaganda criminosa. Felizmente, a cultura patológica não conta toda a história. Ao mesmo tempo em que ela existe, e isso não podemos negar, a manifestação positiva da cultura também pode ser observada. Na democracia, o incentivo à cultura e suas demonstrações de

criatividade agregam uma maior consciência social, e contribuem indubitavelmente para o desenvolvimento humano, pavimentando os caminhos para uma sociedade mais inovadora e vibrante.

Por isso entender a dinâmica da mudança ao longo dos tempos é fundamental para entender também a assimilação da identidade, onde a principal força da cultura se encontra, dada a sua participação no desenvolvimento de um projeto de nação, seja ele qual for (BRANT, 2009, p. 7)

## **2.1. Cultura, Identidade, e a busca pelo Poder**

Dentro de um Estado, é a cultura que oferece sentido à experiência da identidade, contudo, a cultura como identidade nacional valoriza principalmente a coletividade em que existe, nela se encontra um significado quase simplista onde a diversidade é pouco avaliada, e as particularidades dos indivíduos, como o gênero, a idade, a etnia, a sexualidade, e a classe social são colocadas de lado em favor de uma afirmativa solitária, por exemplo, "somos brasileiros," o que possui uma característica intuitiva e de fácil compreensão, pelo menos à princípio, Já na esfera individual, a identidade possui um significado menos restritivo e mais subjetivo, e aqui, sim, caberia a associação com outros tipos de identidades.

Muito embora englobe a condição de ser um cidadão e a capacidade de exercer direitos e deveres livremente dentro de um Estado, as vivências do cotidiano fazem com que as pessoas encontrem similaridades entre o "eu" e o "outro" que possui caráter inicialmente desconhecido, podendo ele partilhar da mesma identidade nacional ou não. Essa similaridade traz consigo simpatias e curiosidades que vão contra a ideia de exclusão, nesses casos, a diferença é celebrada livremente. Então, individualmente, as identidades adjacentes recebem uma apreciação mais evidente, o que de fato acontece no âmbito interno, onde questões sobre a identidade de gênero, a sexualidade, a raça, e a religiosidade, tomam tração.

Embora a globalização atualmente seja um dos principais focos de preocupação com a cultura, esse nem sempre foi o caso. No Século XVIII, antes de se tornar uma nação propriamente dita, a Alemanha era composta de vários pequenos

territórios sem uma unidade política em comum. Portanto, houve, naquele momento, a busca pela fusão, e como um dos elementos chave do fortalecimento do Estado-Nação e do entendimento de seu significado é a criação de uma cultura nacional, esse assunto causou grande desassossego nas mentes dos pensadores germânicos que buscavam uma forma de ascender o sentimento de pertencimento à uma nação dentro dos corações do povo.

Estudiosos como Manuel Castells (2018) apontam que a cultura é o elemento do qual o indivíduo atribui sua identidade, identidade essa que, a princípio, existe fora dos laços com o Estado (CASTELLS, 2018, p. 54) — mas como o Estado possui um papel incontornável e ativo, ele viu na cultura uma maneira relativamente simples de centralizar as lealdades do povo, assim como enquadrar o modo de vida dentro de sua instituição. Para melhor compreender essa relação de poder da cultura através do Estado, Terry Eagleton (2011) expôs que o cultivo desse senso de afinidade nem sempre é algo que nasce dentro de cada um, ele explica que "também pode ser algo feito a nós, em especial pelo Estado." (EAGLETON, 2011, p. 16).

Nos dias de hoje, há, no entanto, o fator da globalização fez nascer um novo tipo de cultura, aquela que se sente confortável atravessando fronteiras, sem a necessidade de possuir um lar único. Esse fenômeno de exportação da cultura, deixa claro que, hoje, as particularidades já são outras. Martins (2007) acredita que essa exportação, no caso, o que ele chama de mercantilização, faz circular internacionalmente produtos culturais de todos, por todos, sem distinção. Tais produtos, ele revela, não somente são aqueles materiais da alta cultura – como a literatura, a arte, a filosofia, as práticas acadêmicas – mas incluem a “informação, identidade, afirmação de si, negação do outro, de todo mundo, por todo mundo” (MARTINS, 2007, p. 50) e que embora isso não seja um novo fator dentro das sociedades, o que merece destaque aqui é a velocidade as ideias conseguem percorrer o globo.

Dos Santos (2017) reflete sobre o assunto:

Com aceleração da interação entre povos, nações, culturas particulares, diminui a possibilidade de falar em cultura como totalidade, pois a tendência à formação de uma civilização mundial faz com que os povos,

as nações, as culturas particulares existentes partilhem características comuns fundamentais. (DOS SANTOS, 2017, p. 318)

Hoje vemos claramente que as transformações nas estruturas políticas e econômicas trazem à superfície questões sobre identidade e sobre a manutenção da mesma.

As redes globais, nesse sentido, vem transformando esse processo. Hall (2015) argumentou que a interconexão das sociedades dita o ritmo e o caráter da mudança na sociedade, pois ela desloca o centro estrutural da cultura (HALL, 2015, p. 13). Castells (2018) atribui essa mudança à interdependência econômica, que por sua vez alavancou uma interdependência em larga escala, afetando da mesma maneira diversas áreas sociais (CASTELLS, 2018, pág. 381). Nessa situação, o paradigma da relação entre os Estados e os outros atores ao seu redor teve que evoluir, e a cultura, portanto passou a ganhar mais prestígio, ainda mais quando se coloca como auxiliar em questões políticas e comerciais. É inegável que hoje o Estado possui mais chances de sobreviver e de se desenvolver quando conecta-se com a situação global e procura implementar projetos estrategicamente moldados para uma melhor integração no cenário internacional. Mas para chegar até esse ponto de integração dos interesses nacionais com a política interna, o país deve investir em alguns instrumentos que facilitem essa inserção, como a diplomacia.

Para Cervo (2008), de uma forma bem direta, a diplomacia é vista como o conjunto das ações e decisões do governos, conduzidas através de objetivos concluídos, que visam o ambiente externo e o emparelhamento de certos interesses (CERVO, 2008, p.8). Como a arte e a prática de conduzir negociações entre representantes dos Estados ou de um grupo, a diplomacia é um instrumento de grande importância para todos os atores envolvidos no cenário global. Grosseiramente, na diplomacia, falar é agir. (LAFER, 2014, p. 142)

Morgenthau (1948) acreditava na diplomacia como um elemento de poder de uma nação. (MORGENTHAU, 1948, p. 419) Mesmo no escopo do realismo político, teoria antagônica do construtivismo, esse ponto de vista ainda é extremamente válido, principalmente quando ele declara que uma das tarefas da diplomacia, entre outras, é a de empregar os meios mais razoáveis para a obtenção de um objetivo. Uma ressalva

aqui: Morgenthau não acreditava na possibilidade da diplomacia conseguir se manter sem o uso da força (MORGENTHAU, 1948, p. 421). Agora, sob o olhar construtivista, a diplomacia toma uma roupagem mais evoluída, e passa a considerar a importância da cultura, dos valores, e das identidades. As identidades culturais, em particular, desempenham um papel relevante na conduta diplomática, e diante de todo esse contexto, a identidade cultural passa, então, a ter um papel de maior importância na demonstração de poder.

### 3. Diplomacia Cultural e Soft Power

Cultura e identidade não são a mesma coisa, mas contribuem para o fortalecimento de um Estado perante as redes internacionais. Como já dito anteriormente, a construção da identidade cultural brasileira foi observada dentro de um contexto de imigração, paradoxalmente passando por um processo de criação que constituiu o interno e o externo. A respeito disso, Celso Lafer (2014) diz que a identificação dos interesses de um país e a diferenciação daqueles dos outros é um exercício da identidade de um país, (LAFER, 2014, p. 16) assim sendo, quando há uma definição bem clara diante de perguntas como ‘quem somos?’ e ‘o que queremos?’ haverá então uma facilidade de encontrar os melhores caminhos a serem traçados para alcançar um certo objetivo.

A tradução das necessidades internas para o idioma conhecido das relações exteriores não é uma tarefa assim tão fácil, e em um mundo onde fronteiras já não são tão distantes quanto eram antes, graças aos avanços tecnológicos, as diferenças entre essas duas áreas já não são tão óbvias. A política externa e a política interna sempre caminharam paralelamente, mesmo que com suas distinções e particularidades, ocorre que, com a globalização essa dinâmica se transformou em algo ainda mais complexo, pois com o passar dos anos, expandiu-se também a gama de atores e temas em pauta, e a opinião pública, ao mesmo tempo, passou também a depender de fatores fora do alcance direto dos governantes (LAFER, 2014, pág 18)

Essa mudança não retira o poder das mãos do Estado, e embora as discussões agora sejam defasadas, a sua importância ainda é única em todos os aspectos da sociedade e das relações internacionais, pois é o Estado aquele que ainda detém o poder de tomar decisões, e sem ele, a situação do cenário global e da sociedade seriam ainda mais caótica. Ademais, Lafer (2014) explica que a legitimação de um governo recai sobre sua habilidade de comunicação e articulação entre as demandas internas e externas, e diz que "esta intermediação externa parte de uma visão da identidade coletiva, de um *nós* assimilador de especificidades." (LAFER, 2014, p. 19) A cultura sendo uma dessas especificidades. Assim sendo, vale ressaltar que a cultura e a política existem de forma simbiótica; a cultura é um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento de uma nação, além de ser a base fundamental de integração na

mesma. É essa troca constante que forma o verdadeiro caráter de uma nação, e a política, por intermédio da diplomacia, como veremos mais pra frente, simplesmente amplifica e exporta as intenções que nascem desse aglomerado de desejos e expectativas.

Dos fatores que explicam a formação de uma identidade brasileira, pode-se mencionar a proporção continental do Brasil, a sua posição estratégica nas Américas, a ausência de focos intensos de tensão com os vizinhos, o idioma, a valorização da autodeterminação dos povos e da não intervenção, o universalismo, o anseio por um assento permanente no Conselho das Nações Unidas, a busca pelo desenvolvimento nacional, tal qual a vontade de ser um *global player*, ao menos regional, como determinantes e que por si só dizem muito sobre o caráter do Brasil e sua atuação internacional até agora. Internacionalmente, o Brasil é conhecido como um ótimo articulador e pacifista, capaz de dialogar em pé de igualdade com diversos atores, buscando sempre manter a harmonia entre os envolvidos. Essa sua capacidade singular de mediação provém do fato do Brasil buscar manter relações de confiança com todos – algo que vemos, inclusive, dentro da própria sociedade, como evidenciado por Sérgio Buarque de Holanda (2014) em seu livro *Raízes do Brasil*, quando fez a seguinte observação: “a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial.”” (HOLANDA, 2014, p. 176) – mas que realisticamente, provém também do fato do Brasil ser uma potência média, com um corpo diplomático aberto e capacitado, além de não possuir excedentes de poder. (LAFER, 2014, p. 76)

Conforme Lafer (2014), encontrar a maneira correta de explicar o significado do termo potência média é uma tarefa desafiadora, e com toda razão, ele complementa essa linha de pensamento ao dizer que uma potência média encontra diversos desafios no meio diplomático (LAFER, 2014, 74). No geral, a noção do juridicismo na diplomacia brasileira é grande, mas esse apego às leis, tal qual o respeito aos tratados e convenções que manifestam a vontade nacional, na experiência do Brasil, se traduzem como a demonstração de reconhecimento de sua falta de poder. A lei, nesse caso, se transformou na maneira através do qual os menos poderosos encontraram para dobrar os mais poderosos. Isso, contudo, implica a reciprocidade, algo que pode ser desastroso para um país que já não é tão forte.

Com tudo que vimos até agora, pode-se concluir que o Brasil exerce legitimamente o seu *soft power*, de tal maneira que já é até considerado componente da construção da identidade brasileira perante as relações internacionais. O *soft power*, porém, é uma arma diplomática desafiadora e imprevisível, cujo sucesso não é garantido. A difusão da cultura de uma nação pode ter diferentes motivações, desde a atração de investimentos, até a promoção comercial. No caso brasileiro, o exercício do *soft power* tem como objetivo ampliar e assegurar espaços de relativo destaque no cenário internacional. Assim sendo, a diplomacia cultural se insere no meio como uma estratégia perfeitamente capaz de contribuir para a defesa dos interesses nacionais.

Enquanto o *hard power* – o uso da coerção e da força – gera efeitos colaterais como a indignação entre a população global (ou local), os resultados desejados em sua totalidade nem sempre são alcançados, o *soft power*, por sua vez, busca um outro meio de influenciar. A abordagem do *soft power*, como levantado por Keohane e Nye (2012), é altamente dependente do poder de persuasão de um ator, afinal de contas, a diplomacia cultural como *soft power* busca estabelecer seus desejos não através de práticas coercitivas, mas através de práticas capazes de conquistar os corações e a confiança dos outros, portanto, seu poder de influência é muito mais duradouro e encontra muito menos resistência.

Keohane e Nye (2012) analisaram que: “the ability of the *less* vulnerable to manipulate or escape the constraints of an interdependent relationship at low cost is an important source of power.” (KEOHANE; NYE, 2012, pág. 216, grifo nosso.)

Só que, para aqueles que hoje são considerados *mais* vulneráveis, essa é a sua principal fonte de poder e articulação, e é por isso que esse tipo de diplomacia é tão importante para países como Brasil, pois é uma maneira de se consolidar no cenário mundial.

No ensaio *Cultural Diplomacy: Hard to define, but You'd Know It If You Saw It*, a professora e embaixadora Cynthia P. Schneider (2006) descreveu a diplomacia cultural como o uso de expressão criativa, troca de ideias, informações e pessoas para aumentar a compreensão mútua. Nessa mesma linha, Milton Cummings (2009) relatou que a diplomacia cultural tem como objetivo nutrir a compreensão entre as nações e seus respectivos povos. Além disso, na sua concepção, a diplomacia cultural pode envolver simplesmente a apresentação da herança histórica e cultural de um país, a fim



de direcionar os holofotes à si mesmo (CUMMINGS, 2009, p. 1). A força desse tipo de diplomacia, contudo, se encontra no processo de construção de laços duradouros através do desenvolvimento de respeito pelos outros e sua maneira *sui-generis* de pensar. Cynthia (2006) analisou que, se a cultura ajuda a realçar as diferenças, então talvez também possa ajudar na compreensão do que os torna diferente.

Para que haja eficácia na diplomacia cultural, é necessário que haja diálogo e não monólogo (MADEIRA FILHO, 2016, pág. 22), pois é o esforço que favorece a criação de um clima favorável de apreciação das constituições de uma dada cultura. Esse tipo de diálogo tem a característica de desarmar barreiras erguidas pela preconceitos de alguma forma inseridos no público estrangeiro. Cada país é diferente, e cabe ao corpo diplomático a perspicácia de entender o pensamento e as demandas do local em que se encontram, de foram a conseguirem cativar sua audiência. Nesse sentido, vemos a capacidade da cultura de se montar dentro de uma estética estrangeira que encontra simpatizantes em qualquer lugar. Adiante veremos como o pluralismo cultural brasileiro pode favorecer esse processo.

As iniciativas culturais podem ser extremamente criativas e originais, ou elas podem simplesmente se basear em programas já existentes, de acordo com os estudos de Cynthia (2006, p. 196). O mais importante é que se sempre se mantenha uma conexão com a população local. Não importa se o impacto venha a ser extremamente negativo ou extremamente positivo, o importante é reconhecer que a diplomacia cultural operará sempre no longo prazo, e sempre terá seus altos e baixos. Para isso é necessário paciência e, acima de tudo, comprometimento por parte dos Estados, pois uma diplomacia cultural que consegue atuar em um espaço de relativa independência, quando bem feita, traz muitos benefícios para o país.

Por outro lado, Hans Morgenthau, no auge do seu realismo pós Segunda Guerra Mundial, provavelmente acreditaria ser irrelevante a colocação da cultura nas relações entre as nações. É válido lembrar Morgenthau, pois, no decorrer desse texto, a relevância do tempo e das mudanças que ocorreram ao longo da história foram mencionadas algumas vezes. No livro *Politics Among Nations* escrito em 1948, ele dedicou um capítulo inteiro à falácia da finalidade da UNESCO, e por diversas vezes questionou a crença de que o compartilhamento de valores intelectuais e estéticos

fossem capazes de criar harmonia política e moral relevantes o suficiente para dar fim à um conflito.

Não nos esqueçamos, as vezes a política internacional simplesmente não possui cultura alguma (WENDT, 2003, p. 158), e até mesmo Alexander Wendt admite a natureza egoísta dos Estados. Ocorre que, ao contrário da discursiva do construtivismo de Wendt que diz que a ontologia do fato concreto é preciso ser observada, na época de Morgenthau, a ideia de que as nações poderiam algum dia alcançar algum tipo de compreensão por intermédio da cultura era algo essencialmente impensável, mas os tempos eram outros. Mesmo se posicionando em óbvia discordância do que futuramente seria chamado de diplomacia cultural, Morgenthau encerrou sua análise da seguinte forma: “so long as men continue to judge and act in accordance with national rather than supranational standards and loyalties, the world community remains a postulate which still *awaits* its realization.” (MORGENTHAU, 1948, p. 412. grifo nosso.)

Quem sabe, naquele determinado momento, tenha lhe ocorrido um breve vislumbre do futuro.

### **3.1. Os avanços e atrasos do Brasil**

Apesar de tudo que foi exposto até agora, no Brasil, porém, a cultura nem sempre teve protagonismo na política de Estado (LESSA; SARAIVA; MAPA, 2012, p. 99). Isso se deve a percepção de prioridades mais urgentes que precisavam da atenção imediata, fator que, ao longo dos tempos, repercutiu negativamente não só na diplomacia cultural, como também na produção de cultura, e na preservação de patrimônios culturais cujo valor não se pode mensurar. Um pesar pois, um país com tamanha capacidade de atração cultural deveria capitalizar melhor esse aspecto.

Atualmente, o vasto intercâmbio cultural entre as nações na globalização deixa marcas significativas nas fronteiras que antes eram bem delimitadas. Enquanto para alguns, isso seja indesejável, para outros, isso transforma-se em fonte de poder. Veremos aqui que a celebração da diversificação pode ser usada como uma fonte inerente de influência, e no caso do Brasil, Leonardo Brant relatou que “a capacidade

de absorção e re-processamento de práticas, modos e crenças permite [...] a possibilidade de avanço e diálogo com as outras formas de interação, convivência e expressão presentes na arena global.” (BRANT, 2009, p. 39)

Se avaliarmos bem, tal afirmação expõe muito claramente o potencial do pluralismo cultural brasileiro, que age quase como um camaleão quando pareado com a política externa, pois poderia ser utilizado para facilitar e aumentar o seu alcance na hora do planejamento da diplomacia cultural. Em tese, essa diversificação deveria colaborar com a ampliação da legitimidade brasileira perante os demais Estados, assim como assegurar as mais variadas simpatias, graças as colônias de imigrantes no território brasileiro, que consistem de africanos, asiáticos, europeus, e latino-americanos, ou seja, essa diversidade já seria meio caminho andado, mas por muito tempo perdurou-se a inércia do governo brasileiro diante dessa oportunidade.

No Brasil, a relação do Estado com a cultura passou por algumas fases distintas de simbiose. A construção da identidade nacional sofreu mudanças a partir do Governo Vargas em 1930, que viu na cultura uma oportunidade única para sua plataforma política. Vargas buscou fortalecer o desenvolvimento da cultura nacional ao incentivar os produtores de conteúdo simbólico, e tal investimento encontrou os esforços americanos de diplomacia cultural. Na época, os Estados Unidos buscavam uma maneira inovadora de estabelecer parcerias e influências, cujo plano era investir na inserção de produtos culturais de outros países. Talvez um dos mais interessantes resultados dessa aliança tenha sido a criação do personagem Zé Carioca, criado por Walt Disney. (BRANT, 2009, p. 57.)

Durante o governo militar, o autoritarismo se apropriou da cultura e a domesticou (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 46) à ponto de calá-la. Essa fase deixou marcas profundas na identidade brasileira, marcas que até hoje não foram totalmente superadas, e ainda hoje geram controvérsias. O resultado disso foi a instabilidade, a descontinuidade, e a ausência de uma política cultural objetiva e decisiva.

Com a abertura do Brasil no governo FHC, a cultura tomou rumos inesperados, pois dentro do contexto da globalização e da idealização consumerista, a cultura seguiu também esses mesmos caminhos, e virou mercadoria – fato que caracterizou a política cultural de seu governo, e a Lei Rouanet, criação com poucos anos de existência, já sofria críticas até mesmo durante os anos 1990. Embora tenha

sido criada anos antes de tomar posse, durante o seu governo, houveram questionamentos sobre o seu uso indevido. Uma dessas dúvidas, de acordo com Brant (2009) era sobre o investimento em massa na região Sudeste, em detrimento das demais regiões que contam com culturas igualmente ricas. (BRANT, 2009, p. 67)

Foi com a chegada de Lula da Silva na presidência que o conjunto da cultura, da política cultural e da diplomacia cultural, começaram a tomar novos rumos. Primeiramente, Lula deixou claro seu entendimento de cultura como fator na busca do desenvolvimento nacional e cura para a desigualdade social, e investiu à cultura um papel estratégico nunca antes evidenciado até aquele momento. Em seu governo, a cultura passou a ter algumas funções básicas: a simbólica com a afirmação da identidade nacional, a cidadã com a inclusão social, e a econômica, que buscava o desenvolvimento (LESSA; SARAIVA; MAPA, 2012, p. 104). Só que, a utilização da cultura naquele contexto, principalmente para o desenvolvimento econômico, não existira sem agentes fora do governo, como professores e estudantes, pesquisadores, e artistas. Nesse caso, Lula deixou claro sua intenção de acrescentar a indústria criativa na propagação da diplomacia cultural.

Ademais, o governo promoveu a parceria inédita entre o Itamaraty e o Ministério da Cultura, representado por Gilberto Gil, o que impulsionou a diplomacia cultural, e por meio dela, buscou promover os valores da cultura brasileira, e a colocaram como pivô de intercâmbio com outros países (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 47). Lula viu na diversidade cultural do Brasil uma forma de diminuir assimetrias, e visionou a aplicação dessa ideia em um projeto de crescimento internacional, oportunamente acrescentando essa riqueza nacional dentro de uma estratégia de política exterior bem definida (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 48).

Nisso, o então presidente buscou formalizar laços de amizade com países como o Líbano e Síria, que já possuíam vínculos com o Brasil por conta dos fluxos migratórios ao longo dos anos, e estreitar as relações com a África, contando com os vínculos históricos entre ambas as culturas. Essa tentativa de aproximação com a África, contudo, fora particularmente estratégico, considerando seus planos de alavancar o Brasil para uma posição de *global player* com maior influência, sendo assim, utilizou da cultura afro-brasileira como um tipo de facilitador para firmar parcerias, acordos de cooperação e intercâmbios em diferentes áreas do conhecimento.

Se por um lado o Brasil acabou se favorecendo dessa relação, focar na África como uma unidade cultural fora no mínimo um equívoco de sua parte.

De toda maneira, vale ressaltar novamente que, no caso da cultura brasileira, quando alimentada de maneira positiva, seja através do incentivo à criação, seja através da transmissão de valores considerados atraentes, a cultura consegue formar vínculos com base no próprio tecido identitário de uma nação – uma das maneiras mais puras de utilização do *soft power*, fato que, em conjunto com os demais aspectos política externa brasileira nessa época, acarretou um maior protagonismo do Brasil no cenário global.

Desde a saída de Lula, já passamos por três governos com características diferentes perante a atuação internacional. No campo da diplomacia cultural, há de se observar que a existência de desafios para o futuro. Diante de tantas incertezas, questões culturais são sempre as primeiras a serem colocadas de lado, e com a renovação ideológica na Presidência da República, a cultura provavelmente caminhará por novos caminhos, todos ainda desconhecidos.

O fato é que, a potencialidade cultural do país permanecerá a mesma, independente de quem está no poder.

#### 4. Conclusão

A cultura desempenha um papel importante nas relações internacionais, e somente quando os Estados reconhecerem e compreenderem a existência das diferenças e das semelhanças de cada um no cenário global, encontraremos, sem dúvida, uma lição útil e valiosa de como o outro funciona, para que então consigam se comunicar de maneira mais efetiva e evitem o surgimento de conflitos. A compreensão e a confiança mútua estão no centro das relações entre os Estados, e para o Brasil, com seu universalismo, fundamentalmente esse é um dos mais importantes objetivos da diplomacia. Objetivo esse que só poderá ser alcançado através de mais trocas e diálogos não só no nível governamental, mas como também na troca de experiências de pessoas entre pessoas, através da cultura.

É sempre importante lembrar que cada país tem suas particularidades, cada cultura possui expectativas, atitudes e valores muito diferentes. O único caminho para o sucesso é conhecer as direções culturais que apontam a direção em que seguir, e entender até onde podemos realmente ir sem que ocorra constrangimento entre as partes. Através do emprego da diplomacia cultural, os relacionamentos que surgem oferecem a oportunidade da abertura para novas ideias e possibilidades.

Foi Celso Lafer (2014) quem disse:

A conduta dos distintos protagonistas da vida internacional não é apenas comandada pelas relações de força e dos interesses econômicos. Com efeito, as ideias, sentimentos, percepção, também influenciam as decisões no sistema internacional. (LAFER, 2014, p. 82).

Essa simples colocação descreve perfeitamente a motivação por trás do presente artigo, que nasceu do desejo de melhor compreender as relações entre os Estados dentro de uma consciência cultural global cuja existência se encontra fora de um contexto explicitamente econômico, de demonstrações de poder, de parcerias bilaterais ou multilaterais; o presente artigo nasceu também da crença, talvez idealista, de que a cultura teria o poder de encurtar, de forma pacífica, as fronteiras tão evidentes

e celebradas, e quebrar barreiras para que os países conseguissem aprender juntos, discutir juntos, se unirem, e conseqüentemente, crescerem juntos.

No decorrer do artigo, houve a percepção de que as relações internacionais tem passado por avanços significativos que desafiam o atual balanço do status quo, e que, embora possível em algum futuro distante, à medida em que antigos valores vão sendo deixados para trás por conta de sua inadequação à realidade do século XXI, o mundo em que vivemos hoje ainda é um mundo que passa por transições confusas e ainda sem respostas concretas para seus conflitos. Embora a cultura tenha um valor inestimável no jogo entre os Estados, ela sozinha, não seria capaz de resolver todos os problemas contemporâneos.

A cultura, porém, continuará sendo primordial para o desenvolvimento de uma nação.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BETTS, A.; COLLIER, P. Refuge: rethinking refugee policy in a changing world. New York: Oxford University Press, 2017.
- BIJOS, L; ARRUDA, V. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão**, v. 13, n. 1, ago, 2010, p. 33-53. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/52114161-A-diplomacia-cultural-como-instrumento-de-politica-externa-brasileira.html>> Acesso em: 14/04/2019
- BRANT, L. O poder da cultura. São Paulo: Peirópolis, 2009
- CASTELLS, M. O poder da identidade: a era da informação, volume 2. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- CERVO, A. L. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COLLIER, P. Exodus: how Migration is changing our world. New York: Oxford University Press, 2013.
- CUMMINGS, M. Cultural Diplomacy and the United States Government: a survey. **American For The Arts**: Junho de 2009. Disponível em: <<https://www.americansforthearts.org/sites/default/files/MCCpaper.pdf>> Acesso em: 14/04/2019
- DA SILVA, C. A. S. A política migratória brasileira para refugiados (1998-2014). Curitiba: Íthala, 2015.
- DE MELLO, M. P. Imigração e fluência cultural: dispositivos cognitivos da comunicação entre culturas legais. Curitiba: Juruá, 2012.
- DOS SANTOS, J. L. O que é cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.
- EAGLETON, T. A ideia de cultura. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.



\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 103-133.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. Power and Interdependence. United States: Longman, 2012.

LAFER, C. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2014.

LESSA, M. L.; SARAIVA, M. G.; MAPA, D. M. Entre o palácio do Itamaraty e o palácio de Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (Orgs.) **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FONSECA JR, G. A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILLEY, B.; O'NEIL, A. Middle Powers and the Rise of China. Washington, DC: Georgetown University Press, 2014. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt7zswkb>>. Acesso em: 14/04/2019

MADEIRA FILHO, A. P. Instituto de cultura como instrumento de diplomacia. Brasília: FUNAG, 2016.

MARTINS, E. D. R. Cultura e poder. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORGENTHAU, H. J. Politics among nations: the struggle for power and peace. United States: Alfred. A. Knopf, Inc, 1948.

MOSES, J. W.; KNUTSEN, T. L. Ways of knowing: competing metodologias in social and political research. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. Paris, 1948.

SCHNEIDER, C. P. Cultural Diplomacy: Hard to define, but you'd know it if you saw it. **The Brown Journal of World Affairs**, vol. 13, n. 1, outono-inverno, 2006, p. 191-203. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24590653>> Acesso em: 14/04/2019

SENRA, I. A. O brasileiro: a formação da identidade nacional e a questão racial. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

SILVA, T. T. D. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 73-102

SIQUEIRA JR, P. H.; DE OLIVEIRA, M. A. M. Direitos humanos: liberdades públicas e cidadania. São Paulo: Saraiva, 2016.

UNESCO. Universal Declaration on Cultural Diversity. Paris, 2002.

WENDT, A. Social theory of international politics. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 7-72